

**GEOGRAFIA HISTÓRICA E ESCALA ESPAÇO-TEMPORAL: DEBATES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA COMPREENDER O PROCESSO DE ELETRIFICAÇÃO DO BRASIL (1954-1967) A PARTIR DO PLANO NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO.**

LIMA, Átila de Menezes<sup>1</sup>

---

**Resumo**

Este artigo estabelece um duplo objetivo: levantar um debate teórico-metodológico acerca do papel da analítica histórica para a interpretação geográfica, e debater o espaço enquanto par materialidade-imaterialidade, a partir das ideologias geográficas contidas no Plano Nacional de Eletrificação (PNE). Neste sentido, o entendimento do espaço deve apreender a dialética dessa relação. Para tanto a análise documental como procedimento metodológico, assim como a análise espaço-temporal foram fundamentais para o entendimento da temática debatida.

**Palavras-chave:** Geografia histórica; escala espaço-temporal; análise histórica; ideologias geográficas.

**GEOGRAFÍA HISTÓRICA Y ESCALA ESPACIO-TEMPORAL: DEBATES TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA COMPREHENDER EL PROCESO DE ELECTRIFICACIÓN DEL BRASIL (1954 – 1967) A PARTIR DEL PLAN NACIONAL DE ELECTRIFICACIÓN.**

**Resumen**

Este artículo establece un doble objetivo: establecer un debate teórico-metodológico acerca del rol del análisis histórica para la interpretación geográfica y debatir el espacio como un par materialidad-inmaterialidad a partir de las ideologías geográficas contenidas en el Plan Nacional de Electrificación (PNE). En esta dirección, el entendimiento sobre el espacio debe aprehender la dialéctica de esta relación. Para este fin el análisis documental como procedimiento metodológico y el análisis espacio-temporal fueran fundamentales para el entendimiento de la temática en discusión.

Palabras clave: Geografía histórica, escala espacio-temporal; análisis histórica; ideologías geográficas.

**HISTORICAL GEOGRAPHY AND SPACE-TEMPORAL SCALE: THEORETICAL-METHODOLOGICAL DEBATES TO UNDERSTAND THE ELECTRIFICATION PROCESS OF BRAZIL (1954-1967) FROM THE NATIONAL ELECTRIFICATION PLAN.**

**Abstract**

This article establishes a dual purpose: to raise a theoretical-methodological debate about the role of historical analytics in geographical interpretation, and to debate space as the pair materiality-immateriality from geographical ideologies contained in the National Electrification Plan (NEP). On this subject, the understanding of space must apprehend the dialectic of this relationship. Document analysis as a methodological procedure, as well as the spatio-temporal analysis were fundamental to the understanding of the topic discussed.

**Keywords:** historical geography; spatio-temporal scale; historical analysis; geographical ideologies.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROPGEO, da Universidade Estadual do Ceará- UECE. E-mail: atila.lima@univasf.edu.br

## 1 - Introdução

O entendimento da produção do espaço geográfico perpassa pela apreensão de que o mesmo é fruto de teleologias<sup>2</sup>, ou seja, prévias ideações (planejamentos) e causalidades<sup>3</sup>, de representações e materializações. O conjunto de representações elaboradas pelas mais diversas sociedades, para fins ou não de intervenção, é denominado por Moraes (2005b) como ideologias geográficas. Este autor assevera a importância de analisarmos documentos, planos de governos e suas políticas, além dos discursos, para entendermos o papel destes no espaço enquanto materialidade. Em nosso trabalho específico, analisaremos o papel das ideologias geográficas elaboradas pelo Estado e sua visão geopolítica no processo de eletrificação do Brasil a partir do Plano Nacional de Eletrificação (PNE), enfocando o espaço em sua imaterialidade<sup>4</sup>, ou seja, em sua teleologia e não na sua materialização.

Este estudo busca, a partir de análise teórico-metodológica, entendimento de um dos projetos de modernização pelos quais o território nacional passou em sua historicidade e, portanto, busca entender o processo de espacialização das relações sociais de (re)produção capitalista e do avanço das forças produtivas no território brasileiro. Isso a partir do projeto de eletrificação do Brasil, que tinha por intuito suprir as necessidades da crise energética na qual o país se encontrava, além de desenvolver as crescentes demandas de industrialização e do processo de urbanização. Importante ressaltar que o debate teórico-metodológico vai para além da perspectiva estruturalista e mesmo neopositivista que tende a apresentar estes aspectos de forma separada. No presente escrito, este debate teórico-metodológico é o corpo de todo o texto, ressaltando a visão da história como totalidade em movimento.

Para tanto, a análise geográfica com apreensão da história enquanto método e enquanto processo, assim como a compreensão da escala<sup>5</sup> enquanto perspectiva metodológica foi necessária para entendermos o movimento do real enquanto totalidade.

Para apreensão do objeto, utilizamos como procedimentos metodológicos a análise documental (**Plano Nacional de Eletrificação; Fundo Federal de Eletrificação e Imposto Único Sobre Energia Elétrica**) e do discurso pautado na leitura imanente dos mesmos, buscando evidenciar que a proposta de modernização do Brasil, pautada no

---

<sup>2</sup> O Ato teleológico ou pôr teleológico é a capacidade de prévia ideação, o momento ideal, é a programação de uma intervenção na realidade antes de existir em sua objetivação.

<sup>3</sup> As causalidades são as determinações que existem externas ao sujeito e que independem de nossas subjetividades para existir e que vão influenciar diretamente as teleologias. Elas podem ser causalidades dadas (que existem na natureza) e as causalidades postas, que surgem como resposta aos atos teleológicos humanos.

<sup>4</sup> A materialização das teleologias destes planos foram analisadas em nossa tese e outros artigos que elaboramos.

<sup>5</sup> Várias são as concepções de escalas e muitas são as ciências que as utilizam, a exemplo da cartografia, da arquitetura, da Economia etc. Deixamos claro que a opção de escala que fizemos não é a escala numérica utilizada pela cartografia, mas sim a escala geográfica com suas dimensões político-econômico-sociais.

desenvolvimentismo, tinha como carro chefe o Estado com suas políticas, priorizando o discurso e a intervenção no território.

## 2 - A Escala espaço-temporal como procedimento analítico da realidade

O entendimento do contexto de criação do Plano Nacional de Eletrificação (PNE) elaborado pelo Presidente Getúlio Vargas e sua equipe de governo, com destaque ao assessor econômico do gabinete civil da presidência, o senhor Jesus Soares Pereira, exige de nossa parte o entendimento da realidade numa perspectiva escalar. Segundo Smith (2002)

La escala es central de una forma más conceptual. Presumiblemente, es deseable tener alguna conexión sólida entre la jerarquía de escalas geográficas producida y reproducida en los paisajes del capitalismo y las abstracciones conceptuales a través de las cuales entendemos acontecimientos y procesos socio-espaciales.(SMITH, 2002, p. 142).

No entanto, a temática escalar nos remete a alguns cuidados a serem levados em consideração para não termos uma visão parcial da realidade. Lacoste (2011), no capítulo intitulado *‘As interseções de múltiplos conjuntos espaciais’*, atentava para as dificuldades de apreendermos a realidade somente em função de um conjunto espacial dissociado do todo. De acordo com este autor

Cada um desses conjuntos não fornece mais do que um conhecimento extremamente parcial da realidade. De fato, esses conjuntos espaciais são representações abstratas, objetos de conhecimento e ferramentas de conhecimento produzidos pelas diversas disciplinas científicas. (LACOSTE, 2011, p.67).

Para a superação deste problema, Lacoste (2011) propunha a necessidade de inter-relação das diferentes escalas de análise para a compreensão do real. De fato, a problemática escalar é bem cara a geografia, tanto nas reflexões teóricas quanto no exercício da prática, trazendo- nos indagações de como identificar qual escala melhor se adéqua à intervenção das políticas estatais (políticas territoriais) e qual a escala nos proporciona uma melhor compreensão da realidade a ser analisada. Em suas reflexões sobre o planejamento e ordenamento do território, Fischer (2008) destaca que devemos analisar a escala de intervenção não só espacialmente, mas também em sua dimensão temporal. Nesse sentido, assinalamos que a análise da realidade numa perspectiva de apreensão das medições, e processos que compõem a mesma, exige-nos o entendimento de uma escala espaço-temporal enquanto totalidade.

Nesse sentido, Smith (2002) propõe uma teoria política da escala geográfica, isto é, uma análise que nega a visão do espaço como um mosaico e procura apreender a realidade no movimento Universal-Particular-Singular, sendo a escala uma totalidade, como por exemplo, a escala do capital, que compreende a relação e as mediações que vão do corpo ao mundo. Para esse autor, um acontecimento não é somente local, ou mesmo global, ocorrem em todas as escalas ao mesmo tempo, só que com intensidades diferentes. Ainda acrescenta

Gran parte de la confusión en las construcciones contemporáneas del espacio geográfico surge de un dilatado silencio sobre la cuestión de la escala. La teoría de la escala geográfica – correctamente, la teoría de la producción de la escala geográfica – está enormemente subdesarrollada. Efectivamente, no existe ninguna teoría social de la escala geográfica, sin mencionar El materialismo histórico. El cual todavía juega una parte crucial en nuestra construcción geográfica global de la vida material. La represión brutal de la plaza de Tianamen ¿fue un evento local, un evento regional o nacional, o fue un evento internacional? Podríamos razonablemente asumir que fueron todos, los cuatro, lo cual inmediatamente refuerza la conclusión de que la vida social opera y construye algún tipo de espacio habitado jerarquizado en lugar de un mosaico. ¿Cómo concebimos críticamente las varias escalas habitadas?, ¿cómo mediamos entre ellas y las interpretamos?. Más aún ¿cómo conceptuamos semejante interpretación que en cierto modo concentra las prácticas sociales y la política diseñadas para destruir la intención opresiva y explotadora del espacio jerarquizado? El idealismo de los estudios “locales” oficiales reside en la suposición de que esta interpretación se realiza simplemente mediante la afirmación del privilegio de “lo local”, en lugar de efectuar su relacionalidad con otras escalas espaciales (SMITH, 2002, p. 141).

Para Smith (2002), além da escala ser uma construção delimitada pela sociedade, suas diferenciações também se dão devido a estrutura geográfica das interações sociais, assim:

Las diferentes sociedades no sólo producen el espacio, como Lefebvre nos ha enseñado, ellas también producen la escala. La producción de la escala puede ser la diferenciación más elemental del espacio geográfico y es en toda su extensión un proceso social. No hay nada ontológicamente dado sobre la división tradicional entre hogar y localidad, escala urbana y regional, nacional y global. La diferenciación de las escalas geográficas establece y se establece a través de la estructura geográfica de interacciones sociales. Con un concepto de escala como producido, es posible evitar por una parte el relativismo que trata la diferenciación espacial como un mosaico, y por otra evita la reificación y la acrítica división de escalas que reitera un fetichismo del espacio. En otras palabras, debería llegar a ser posible, insertar las “reglas de interpretación” que nos permitan no sólo entender la construcción de la escala en si misma, sino la manera en la que el significado se traduce entre las escalas. En este sentido, como evento global la Plaza de Tiananmen tiene un significado muy diferente que como evento local. Ambos son claramente coincidentes, aunque no idénticos, pero ¿cómo determinamos esta diferencia y homología del significado? Sin resolver algunas de estas preguntas, un entendimiento más sistemático de la diferencia geográfica, y desde aquí hacia la diferencia de modo general, continuará bloqueado. (SMITH, 2002, p. 141).

As reflexões estabelecidas por Smith (2002) nos permitem entender o movimento do real a partir das diferentes mediações e processos que o compõe e nos abre a perspectiva de

entender o PNE dentro da escala do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo proposta por Harvey (2005a) em sua geografia histórica do capitalismo. Este autor volta sua atenção para o entendimento global do processo de acumulação capitalista, visando à explicação da produção do espaço, sendo o materialismo histórico um excelente caminho.

### 3- A dialética diacronia-sincronia como pressuposto metodológico

A importância da análise da realidade partindo da dialética - diacronia-sincronia é fundamental para entendermos as mediações sociais que compõem o real, visto que nos permite identificar realidades políticas, sujeitos e processos históricos que o compõem.

Assim, a leitura do real deve considerar a dialética sincronia-diacronia, e não somente um ou outro corte analítico.

Foucault (2010), em sua análise de corte sincrônico da história, por exemplo, trouxe contribuições incomensuráveis para o campo epistemológico ao propor uma nova forma epistemológica de análise da realidade, a partir do enfoque na genealogia dos saberes e dos autores, e na arqueologia do saber. A análise discursiva e a linguagem são pontos fulcrais nesta perspectiva analítica, na qual o próprio Foucault (2010) afirma que este método é uma descrição dos discursos.

De acordo com Japiassu (1979), o intuito de Foucault era estudar os momentos sucessivos da episteme ocidental e neste sentido se propõe a fazer uma epistemologia arqueológica das ciências. Japiassu (1979), assim comenta a proposta Foucaultiana:

Enquanto epistemologia, a “arqueologia” de Foucault pode colocar-se sob o patrocínio da filosofia do conceito, pois sua teoria da episteme outra coisa não é, como ele próprio reconhece, senão a teoria de um sistema. Não se trata de uma teoria do método científico, mas de uma teoria do dispositivo que funda o sistema das ciências, seu campo epistemológico, sua estrutura e sua história. Ele chega ao conceito de episteme por uma démarche arqueológica: busca das gêneses ideais da época clássica (...) (JAPIASSU, 1979, p.126).

Podemos elencar como obras substanciais para este método de análise, os livros: *A arqueologia do saber* (2010) e *As Palavras e as coisas* (1986). Justamente nestas duas obras podemos evidenciar alguns problemas caros à obra de Foucault. Nestas obras, este autor opta por uma análise sincrônica da realidade histórica e praticamente anula de sua análise o corte diacrônico da história. Esta opção metodológica pode ser perigosa, visto que analisar a realidade somente em sua sincronia e levando em consideração somente as rupturas e descontinuidades, esquece-se que o real é rodeado de permanências e continuidades. Além de que negar a diacronia é negar o contexto histórico de determinados acontecimentos e de determinados autores. Isso permite, por exemplo, através da linguagem e da análise do



discurso, descontextualizar os fenômenos em sua historicidade, despolitizar conceitos datados historicamente, permite- nos fazer leituras de somente um fragmento da obra de um autor e ter isso como a totalidade do pensamento do mesmo, dentre outros perigos como o de anular a história enquanto perspectiva de análise.

Reafirmando nossas assertivas, Japiassu (1979) atenta que

recusando ao mesmo tempo a história e aquilo que assegura a continuidade da história – a permanência de uma natureza humana estruturada pelo a priori -, a arqueologia e o a priori histórico de Foucault parecem condenar a história, pois não pertencem a um sujeito histórico. (JAPIASSU, 1979, p.128).

Ainda ressaltando a proposta metodológica da análise do discurso, corremos o risco de não retratarmos com fidelidade a obra que estivermos estudando. Aqui aparece o papel árduo do tradutor e do analista de ideias, o qual tem o papel de traduzir e interpretar com fidelidade e, ao mesmo tempo, inserir seu ponto de vista.

As obras *A Arqueologia do Saber* (2010) e *As palavras e as coisas* (1986), assim como o cabedal teórico de Foucault, são obras que nos abrem um vasto caminho de possibilidades de interpretação da realidade, mas, ao mesmo tempo, podem trazer prejuízos danosos se não soubermos utilizá-las. Um bom exemplo disto é que estas duas obras são justamente as mesmas que condenam a história como proposta analítica de interpretação da realidade.

Neste sentido, ressaltamos a importância de contextualizarmos o Plano Nacional de Eletrificação em sua historicidade ressaltando a dialética diacronia-sincronia, visto que a elaboração do PNE e a expansão do setor elétrico nacional estão situadas num contexto histórico de muitas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais em escala nacional e internacional.

A dialética sincronia-diacronia é justamente a possibilidade de entendermos a história enquanto totalidade, ou seja, como as múltiplas determinações reais que perpassam os processos sociais, possibilitando-nos entender o concreto na processualidade singular-particular-universal.

#### **4- O contexto de criação do Plano Nacional de Eletrificação e o avançar das forças produtivas**

Refletindo sobre o processo de eletrificação do Brasil no período de 1956 a 1967<sup>6</sup>, Silva (2011) oferece um precioso panorama da particularidade do desenvolvimento das forças produtivas e do caráter conservador da burguesia nacional.

---

<sup>6</sup> Parte das reflexões contidas neste tópico são revisões, acréscimos e alguns aprofundamentos de reflexões iniciadas no artigo denominado: O setor elétrico brasileiro e seu papel na acumulação: um paralelo do

Descrevendo acerca do imperialismo e de seu monopólio sobre setores estratégicos na periferia do mundo, Silva (2011) afirma que desde o final do século XIX e início do século XX, o monopólio do setor elétrico brasileiro estava sobre o domínio das concessionárias estrangeiras, com maior evidência nas empresas *American and Foreign Empresa Cliente – Amforp*, com sede nos Estados Unidos da América – e na *Light and Power* de capital canadense.

No contexto da República Velha, estas empresas obtiveram o domínio do setor elétrico nacional, com o apoio dos governos estaduais e federais, sobretudo dos centros econômicos São Paulo e Rio de Janeiro. Neste sentido, Silva (2011, p.47) afirma que “tal fato levou, por exemplo, a Light and Power a deter, em 1930, 40% da capacidade total do fornecimento da energia elétrica do país”. No caso da Amforp, Silva (2011) assinala que rapidamente espacializou seu domínio para vasta porção do território nacional, tendo adquirido controle de concessionárias “no interior de São Paulo e em Recife, Salvador, Natal, Maceió, Vitória, Niterói-Petrópolis, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Pelotas”.

O domínio do capital estrangeiro sobre o setor elétrico no Brasil remete a reflexões ao nível da escala do capital e dos debates estabelecidos por Harvey (2005a) em sua geografia histórica do capitalismo acerca da necessidade expansiva do capitalismo para a garantia de sua reprodução ampliada, assinala-se que a teoria da acumulação de capital de Marx é também decorrente de um contexto geográfico, criador de estruturas geográficas específicas.

Apoiando-se em autores como Luxemburgo (1985) e sua teoria da acumulação de capital, Lênin (2008) e a teoria do imperialismo, Harvey (2005b) reforça suas proposições acerca dos ajustes espaciais ou ordenações espaço-temporais e do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Neste sentido, Harvey (2005a; 2005b) propõe estudar como se deu o desenvolvimento histórico do capitalismo e sua espacialização nos diferentes lugares. Em seu livro *A produção capitalista do espaço*, orienta-nos a analisar como o capitalismo cria algumas paisagens e estruturas espaciais benéficas à sua reprodução em determinados contextos históricos, sendo necessário, nessa lógica, que se destrua e recrie em tempos posteriores e com outras funcionalidades.

Já em *O novo imperialismo*, Harvey (2005b) faz um resgate crítico de Rosa Luxemburgo, reforçando a importância do entendimento da teoria do subconsumo, da sobreacumulação e da necessidade que o capitalismo tem de buscar soluções externas a si, calcadas na dialética interna-externa, para a resolução de suas crises, ou seja, a necessidade

---

nacional-desenvolvimentismo e ditadura militar com as duas gestões do governo Lula. Revista da ANPEGE. p.201-232, v.15, jan-jun.2015.

da expansão geográfica de novos mercados e também a comercialização com formações sociais “não-capitalistas” e a manutenção destas para a realização de *superlucros*.

Pautado no caráter expansível do capital, Harvey (2005a) propõe a teoria dos ajustes espaciais, posteriormente denominada de ordenações espaço-temporais (Harvey, 2005b)<sup>7</sup>, justificando que o capitalismo tem na produção do espaço uma de suas perspectivas de reprodução, e mesmo de fuga das crises.

Podemos evidenciar parte desse movimento nos investimentos e exportação de capital para o setor elétrico brasileiro e na obtenção dos lucros a partir da distribuição da energia no país. Tal fato também assinala para a importância de entender a escala como um movimento universal-particular-singular espaço-temporal e de não dissociarmos essa conjuntura histórica dos processos capitalistas imperialistas daquele momento.

Lênin (2008) em sua teoria do imperialismo assinala que alguns procedimentos foram fundamentais neste contexto histórico do capitalismo dos quais evidenciamos: a intensificação das exportações de capitais, a repartição do mundo entre trustes internacionais e a divisão entre as potências capitalistas, de territórios coloniais fornecedores de matéria-prima e força de trabalho barata.

No caso do Brasil, as relações imperialistas, de acordo com Silva (2011), foram destacadas na sua contínua ação em setores como os serviços de esgoto, gás, comunicação, transportes, portos e finalmente, a energia elétrica. O exemplo da *Light and Power* e bem ilustrativo conforme nos assevera Silva (2011, p. 45)

Além das atividades de fornecimento de energia elétrica comercial e residencial, a *Light and Power* se destinaria à implantação de linhas férreas, telegráficas e telefônicas. Assim, a empresa garantiu o monopólio sobre os serviços de bondes e o fornecimento de energia elétrica na cidade de São Paulo, por meio de um decreto do presidente da República, Campos Sales, naquele mesmo ano.

Conforme Silva (2011), o monopólio por parte do capital estrangeiro neste ramo estratégico, qual seja: o setor elétrico- causou divergências entre aqueles que defendiam o monopólio do setor elétrico por parte do Estado e os que defendiam o monopólio por parte das empresas estrangeiras. No meio da polêmica, encontravam-se os empresários nacionais, representantes do capital internacional, funcionários públicos, técnicos e especialistas.

Desta polêmica, evidenciou-se o embate ideológico e político entre privatistas e nacionalistas. Os primeiros defendiam que “somente a participação do capital estrangeiro

---

<sup>7</sup> É importante atentar que em sua geografia história do capitalismo, Harvey destaca que os ajustes espaciais tiveram maior intensidade na década de 1970, mas é um processo antigo. E a utilização do urbano para a reprodução da acumulação de capital também é antiga basta citar o exemplo da reforma urbana proporcionada pelo Barão de Haussmann em Paris.



poderia impulsionar o processo industrial e, com isso, superar o estágio de subdesenvolvimento em que o país se encontrava”. Os segundos defendiam forte participação do Estado nos setores de infraestruturas e no setor produtivo. Esta situação se ampliou com a política nacionalista empreendida por Vargas, sobretudo em seu segundo mandato.

Ao investigarmos o segundo governo Vargas (1951-1954), e mesmo o final dos de 1940, percebemos que tanto em escala nacional e internacional, o capitalismo passava por constantes transformações. Em escala internacional, tínhamos a conjuntura do pós-guerra e a disputa política-ideológica entre as grandes potências no período em questão: Estados Unidos e União Soviética. O primeiro apresentava todo um pacote ideológico, sobretudo a partir do discurso do Presidente Truman em 20 de janeiro de 1949. De acordo com Esteva (2000), naquele dia o mundo se abria para uma nova era: a era do desenvolvimento. Hobsbawm (1995) afirmava que o período pós Segunda Guerra Mundial deve ser considerado como os “anos dourados” do capitalismo.

Contribuindo com as assertivas, Nunes (2004) afirma que esse período, compreendido aproximadamente entre 25 ou 30 anos pós 1945, enquadra-se em “um extraordinário crescimento econômico e transformações sociais onde o capitalismo passou por uma fase de grande “auge”-. De acordo com esta autora, este crescimento pode ser entendido sob as seguintes dimensões:

aumento espacial, ou seja, do número de territórios sob domínio do capitalismo e sobretudo sob o domínio dos ditos países de capitalismo avançados; este aumento espacial, por sua vez pressupunha não só o domínio econômico, dos mecanismos da economia destes Países, como também um aprofundamento ideológico no que diz respeito à hegemonia do capitalismo enquanto o mais adequado modo econômico e político para o desenvolvimento da sociedade naquele momento, principalmente pelo fato de que era mais “democrático”. (NUNES, 2004, p. 34).

O período foi marcado por uma grande expansão da indústria em escala mundial e pelo chamado Estado de bem estar social. Hobsbawm afirma que (1995, p. 257):

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturados quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. (...)

Na escala de Brasil, passávamos por um contexto de transição de uma economia agrário-exportadora para urbana industrial e pela substituição das importações, decorrente da crise que abateu sobre o capitalismo mundial no período da Segunda Guerra. Este fato

em si colaborou para a intensificação do setor industrial brasileiro, pois a indústria nacional começou a fabricar produtos similares aos que eram importados.

Silva (2011) assinala que durante a década de 30, a produção industrial havia se elevado a uma taxa média de 10% ao ano, enquanto, no mesmo período, a produção agrícola havia caído a uma taxa média de menos 10% ao ano. Segundo este autor,

Durante os anos de 1943 e 1944, em meio à Segunda Guerra Mundial, o crescimento da produção industrial atingiu respectivamente: 13,5% e 10,7%. Apesar da queda do crescimento industrial registrada em 1945, no ano subsequente tal crescimento atingiu o número expressivo de 18,7%. No ano de 1947, o Brasil assistiu a um fato até então inédito: o valor da produção industrial superou o valor da agrícola. (SILVA, 2011, p. 71).

Conforme dados apresentados por este autor, de 1948 a 1952 a liderança da economia brasileira coube à indústria. Oliveira (2003) não concordava que somente a substituição de importações era capaz de produzir o fenômeno da industrialização. Para este autor a industrialização só poderia se realizar a partir da constituição de um padrão de acumulação que substituísse o acesso externo da economia primária exportadora, necessitando a redefinição das relações de produção, sendo a industrialização o próprio processo de constituição desse modelo (Oliveira, 2003).

Oliveira (2003) assinala que na conjuntura de 1950 e 1960 o Brasil passava pela transição de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial. Tal fato seria nas reflexões deste autor ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista em território nacional e para a criação de um novo padrão de acumulação no Brasil. Para tanto, a criação de infraestruturas, assim como a expansão e modernização<sup>8</sup> da indústria nacional necessitava de investimentos sendo o Estado o grande agente dessa modernização.

Moraes (2005c) afirma que no Brasil, o aparelhamento do Estado para levar a cabo uma proposta de modernização planejada foi iniciado no primeiro governo Vargas, na Ditadura do Estado Novo. Neste contexto, foram criados órgãos públicos, na esfera federal, interessando a intervenção no território, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Este órgão em si, de acordo com a Memória justificada do Plano Nacional<sup>9</sup> de Eletrificação (1954), elaborado por Jesus Soares Pereira (1954), foi importante para análise de dados econômicos e demográficos a partir do Censo nacional de 1940 e 1950

<sup>8</sup> É interessante somente frisar antes da mais nada, que mais do que uma tentativa de modernização do Estado e do território, existia a necessidade da expansão do capitalismo industrial no país, demonstrando assim, as necessidades dos capitais de se *geografizar*, resultando daí uma adequação do território para tal feito.

<sup>9</sup> Estas afirmações foram fundamentadas de acordo o texto de Jesus Soares Pereira contidas na Memória Justificada do Plano Nacional de Eletrificação, Rio de Janeiro. Departamento de Imprensa Nacional - fevereiro de 1954.

para aplicação do PNE, demonstrando assim, conforme Lacoste (2011) o caráter estratégico do saber geográfico.

Silva (2011) assinala que a política centralizadora com ênfase na criação de infraestruturas e o nacionalismo econômico de Vargas se contrapunham à ideologia ufanista tradicional ao defender a intervenção para o desenvolvimento e isso seria mais que um nacionalismo, era um nacional-desenvolvimentismo. Ao discordar da leitura cepalina de Bielschowsky (1996) de que o período do governo Kubistchek representaria o auge do desenvolvimentismo nacional, Silva (2011) assevera que

De fato as bases do desenvolvimentismo pautado na industrialização foram lançadas no segundo governo Getúlio Vargas e delas o presidente Juscelino Kubitschek pode se valer, facilitando, assim, a implementação do seu Plano de Metas, que garantiu grande notoriedade ao seu governo. (SILVA, 2011, p.127-128).

Para tais fundamentos temos a criação da CSN, o BNDE, além da elaboração do Plano Nacional de Eletrificação e o projeto de criação da ELETROBRÁS que mesmo não tendo sido implantada no Governo Vargas, criou as possibilidades de realizações do Estado, na prática, através, dos recursos do Fundo Federal de Eletrificação – FFE, administrado pelo BNDE durante o governo de JK.

É justamente no contexto de plenas transformações políticas e econômicas, como o crescimento da produção industrial e aumento da população urbana, que surge a necessidade de ampliação e distribuição do setor elétrico nacional. O Plano Nacional de Eletrificação surge então como uma proposta de modernizar o país e garantir o desenvolvimento industrial e urbano. Neste sentido, faremos uma leitura das políticas territoriais e das ideologias geográficas contidas no Plano Nacional de Eletrificação do Brasil.

## **5- Políticas territoriais e ideologias geográficas: um enfoque no Plano Nacional de Eletrificação<sup>10</sup> do Brasil de 1954**

### **Senhores Membros do Congresso Nacional**

O Plano Nacional de Eletrificação constituirá sem dúvida, ao ser executado, um dos esforços marcantes da Nação brasileira no sentido de romper as cadeias que detêm no presente estágio de sub-desenvolvimento característico da sua atividade econômica. O povo brasileiro é convocado, dessa forma, através dos órgãos constitucionais que o representam, a mobilizar os seus elementos de ação, materiais e humanos, para realizar tarefa da maior significação para o futuro da própria nacionalidade. Ao término da execução do primeiro Plano destinado a dotar o País da energia elétrica de que carece para desenvolver as suas forças produtivas, o Brasil será uma potência de cerca de 73 milhões de habitantes. O potencial econômico já criado dentro das suas fronteiras, as possibilidades efetivas de criação de riqueza, através de trabalho construtivo tenaz, a necessidade premente de suprir o mercado nacional com os bens produzidos no próprio País, a imprescindibilidade de se assegurar colocação à mão-de-obra crescente, em virtude do aumento vertiginoso da população – tudo isso são alguns dos muitos motivos por que a expansão do parque elétrico nacional deve ser acelerada, em benefício do Brasil. Após o acurado balanço das necessidades do País, nesse setor, o Governo bem sabe quanto esforço

<sup>10</sup> O Plano Nacional de Eletrificação do Brasil foi enviado ao Congresso Nacional na mensagem de nº 134 de 1954 com o intuito de ser executado no decorrer do decênio posterior. No plano ainda estava contida a proposta de instituição da grande empresa federal (ELETROBRÁS) para executar as obras previstas no plano a cargo na União.

terá de ser envidado para a consecução desse objetivo, mas julga do seu estrito dever pôr a questão nos justos termos em que a situa perante o Congresso Nacional. Tal como em relação ao petróleo, ao Governo se afigura cada dia mais imprescindível dotar o Poder Público dos elementos de ação de que carece, para bem conduzir o problema da energia elétrica em busca da solução adequada. A outorga desses elementos ao Executivo, pelo Congresso Nacional, constitui um dos objetivos do atual Governo, que, após encaminhar a solução para os. Problemas do carvão mineral e do petróleo, ora da mais um passo no setor de energia elétrica. Com o espírito voltado para o futuro da Nação brasileira, a cujo serviço me encontro por lúdima delegação popular, bem compreendo a importância da lei que, assim, proponho ao Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1954.

Getúlio Vargas

O discurso acima, pronunciado por Getúlio Vargas ao Congresso Nacional, com intuito de aprovação do Plano Nacional de Eletrificação<sup>11</sup>, demonstra claramente que este se funda em propósitos de uma política territorial e nas ideologias geográficas, na qual o Estado necessitava de um planejamento para a garantia da modernização e desenvolvimento das forças produtivas, no território brasileiro. Segundo Moraes (2005b) podemos falar de ideologias geográficas como a consciência do espaço trabalhada num sentido político – como “geográfico”. “As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele” (p.44). Conforme Moraes (2005b) são evidentes a presença das ideologias geográficas tanto em Getúlio Vargas como em Juscelino Kubitschek. Em Vargas, por exemplo, as políticas territoriais se tornam prioridades do Estado. Basta citar a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Já em Kubitschek, isto fica evidente em seu Plano de Metas, na criação de órgãos de Planejamento como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, do Banco do Nordeste do Brasil – BNB e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros-ISEB.

Já as políticas territoriais, segundo Costa (1988, p.13) são “toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas”. Desta forma, tanto as políticas regionais, urbanas, ambientais, de colonização, de fronteiras internas e externas, de integração nacional, assim como as políticas de descentralização industrial, como as abordagens da relação entre sociedade civil e as formas institucionalizadas de poder são consideradas políticas territoriais. Não fugindo a esta perspectiva temos o Plano Nacional de Eletrificação.

Ainda no pronunciamento de Vargas, observamos nitidamente a visão estatal geopolítica e de um conjunto de concepções acerca do espaço enquanto *locus* de intervenção para o planejamento. Uma evidência importante da dimensão espacial na política de Vargas

---

<sup>11</sup> Tanto o Plano como a criação da ELETROBRÁS, sofreram boicotes, só sendo aprovados em 1961. A lei que originou a ELETROBRÁS é de 25 de abril de 1961 e sua implantação datada de 11 de julho de 1962. A demora para a implantação do Plano assim como para a criação da ELETROBRÁS, se deu devido as disputas entre nacionalistas e privatistas.

pode ser encontrada na sua política de centralização dos poderes e no discurso de integração e unidade nacional.

O próprio PNE pode ser encarado como uma proposta de intervenção no território com fins de integrar o país a partir da criação de infraestruturas. Isto nos remete às reflexões de Santos (1992) sobre a criação de fixos que promoverão a criação de fluxos. De fato, a criação de infraestruturas no setor elétrico nacional contribuiu para toda uma dinâmica econômica, sobretudo na indústria, assim como foi capaz de trazer uma maior interação entre as regiões do país a partir de uma maior espacialização das forças produtivas. Isto pode ser evidenciado nas várias usinas hidrelétricas criadas com participação do Estado nesta conjuntura, a exemplo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, de Furnas Centrais Elétricas – FURNAS e das Centrais Elétricas de Minas - CEMIG, protagonizando, sobretudo, na parte mais onerosa (construção) sendo a parte mais lucrativa (distribuição) ficando nas mãos da iniciativa privada, demonstrando assim o papel deste setor para a reprodução do capital e na produção do espaço<sup>12</sup>.

As reflexões estabelecidas anteriormente sobre a escala espaço-temporal e a conjuntura histórica de elaboração do PNE, além do próprio pronunciamento do presidente Getúlio Vargas, demonstram o avanço das forças produtivas, principalmente, no que concerne ao processo de industrialização e da necessidade de superação da crise energética na qual o país estava inserido. O texto retirado da Memória Justificada do Plano Nacional de Eletrificação de autoria de Pereira (1954), contido no PNE, esclarece- nos bastante o contexto e a importância que o setor elétrico tinha para o desenvolvimento industrial do Brasil.

O Plano Nacional de Eletrificação visa, simultaneamente, superar a presente crise de energia elétrica e a lançar as bases de uma edificação capaz de oferecer solução hábil e duradoura para êsse difícil problema de que tanto depende todo o ulterior desenvolvimento da economia nacional. (PEREIRA, 1954, p.55).

Já na página 57 deste documento, encontramos reflexões que afirmam que o PNE deve ser encarado como parte do programa geral de desenvolvimento nacional. Neste sentido, foi organizada no plano, uma carta do país em que foram indicadas todas as concentrações urbanas, com suas respectivas populações, demonstrando mais uma vez a importância de se conhecer a dimensão territorial para a implantação de infraestruturas.

O plano foi dividido e espacializado territorialmente em escala nacional em duas grandes áreas de atuação, a dos sistemas de grandes centrais elétricas e a dos sistemas

---

<sup>12</sup> Este aspecto será estabelecido em discussões posteriores. Para fins deste artigo ficaremos na análise da teleologia do plano e não em sua materialização.



isolados e serviços locais. No que se refere aos sistemas de grandes centrais elétricas, assim esta descrito no Plano:

Na ampla faixa povoada do país, que se estende do Nordeste oriental ao extremo sul, verificou-se existirem condições de mercado e de fontes naturais de energia capazes de permitir o planejamento da expansão do parque elétrico nacional para que este venha a operar ao fim do próximo decênio. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-PNE, 1954, p.7).

Podemos evidenciar na citação, uma geoestratégia econômica de intervenção no território com fins de ampliação do sistema elétrico nacional para garantir, tanto a produção e distribuição da energia para suprimento e abastecimento populacional e para a garantia do desenvolvimento industrial, quanto para o desenvolvimento de todo um mercado do setor energético. Isto fica evidente nas páginas 10 e 11 do plano, nas quais são discutidas as questões da implantação da indústria pesada do material elétrico e a orientação econômica do mesmo. Para além da aparência, tínhamos ali- a discussão da criação de um mercado nacional e o debate do desenvolvimento do capitalismo “autônomo” no Brasil, evidenciando as polêmicas dos nacionalistas e dos privatistas ligados ao capital estrangeiro. Neste contexto, Silva (2011) assevera que

Na medida em que em plena metade do século XX, a industrialização se realizava, bem como seu coetâneo desenvolvimento urbano, a questão da estratégia para o desenvolvimento do setor de energia elétrica no Brasil e da participação de capitais e tecnologias estrangeiras se tornou o elemento central da polêmica entre segmentos da burguesia brasileira, desde os anos que se seguem ao suicídio do presidente Getúlio Vargas até o final do primeiro governo da Ditadura militar. (SILVA, 2011, p.22).

Voltando o debate para o PNE e para as diferentes escalas políticas de intervenção que atuaram sobre este, pudemos constatar que os sistemas de grandes centrais elétricas eram financiados por recursos da União, na qual foram criadas instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, para financiar o setor elétrico nacional, e de recursos da Aliança para o Progresso demonstrando influências da esfera do capital internacional. Conforme os escritos encontrados na *Memoria Justificada do Plano Nacional de Eletrificação* (p.54), as limitações de apelo ao crédito externo e as dificuldades de mobilização de recursos internos levaram a criação do BNDE, estando este habilitado a conceder créditos para a indústria da eletricidade. Neste sentido, de acordo com os escritos deste documento “O Banco vem estudando projetos de financiamento a empresas produtoras de eletricidade no montante de cerca de dois bilhões de cruzeiros” (*Memoria Justificada*, PNE, 1954 p.54).

O objetivo era alcançar, para o ano de 1965, a potência de 8.000.000 kW com recursos estimados em Cr\$ 14.514.000.000,00 e na segunda etapa em Cr\$ 12.915.600.000,00. Dos sistemas isolados e serviços locais, a gestão e planejamento ficaram a cargo dos governos estaduais e municipais com base de recursos proporcionado pelo Imposto Único Sobre Energia Elétrica<sup>13</sup>, dispositivo de lei que fornecia recursos financeiros a serem utilizadas pelos Estados, Distrito Federal e municípios.

A análise dos fragmentos de textos a seguir, retirados do *Imposto Único Sobre Energia Elétrica* e do *Fundo Federal de Eletrificação*<sup>14</sup> nos permite desenvolver um interessante debate espacial da intervenção da ação estatal e da distribuição de recursos financeiros no território a partir da proposta de eletrificação. Em seu

artigo 1º da parcela do Imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios, cinco sextos caberão aos Estados e Distrito Federal e a sexta parte restante aos Municípios. Inciso 1º A distribuição das quotas aos Estados e Distrito Federal far-se-a: a) 50% (cinquenta por cento) proporcionalmente às respectivas populações, estimadas para 1º de julho do ano a que concernirem as quotas; b) 45% (quarenta e cinco por cento) proporcionalmente aos respectivos consumos de energia elétrica, avaliados de acôrdo com a arrecadação do imposto único feita no ano imediatamente anterior ao da distribuição; c) 4% (quatro por cento) proporcionalmente às respectivas áreas territoriais; d) 1% (um por cento) proporcionalmente às respectivas produções efetivas de energia elétrica, calculadas por medidores, ou, na falta desses, pelas potências legalmente instaladas, com fator de carga de 35% (trinta e cinco por cento) e admitida a perda de 10% (dez por cento). Já no inciso 2º as quotas pertencentes aos Municípios por eles diretamente recebidas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico de acôrdo com ordens dadas pelo CNAEE, que se incumbirá de obter dos Estados os elementos necessários ao cálculo da distribuição, conforme critério estabelecido no parágrafo anterior. (IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA, 1956, p.82-83).

Já o *Fundo Federal de Eletrificação*, em seu artigo 1º, assevera que a instituição do Fundo federal de Eletrificação destina-se a prever e financiar instalações de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como o desenvolvimento da indústria de material elétrico.

Os fragmentos dos textos anteriores nos permitem evidenciar diferentes escalas de atuação do poder governamental, o que nos leva a reflexões acerca da escala política de atuação do poder público na gestão e ordenamento do território para fins de modernização. O Debate acerca da centralização<sup>15</sup> versus descentralização (federalização x municipalização) da intervenção do poder estatal no espaço se tornam inevitáveis, demonstrando assim uma das características de nossa formação territorial: as tensões

<sup>13</sup> Mensagem nº 219 enviada ao Congresso Nacional em 25 de agosto de 1953 visando instituir o Imposto Único Sobre energia elétrica. A mensagem foi transformada na Lei nº 2.944 a partir de 8 de novembro de 1956.

<sup>14</sup> Mensagem de nº 314 de 21 de agosto de 1953 enviada ao Congresso Nacional e Sancionada como lei de nº 2.308 em 31 de agosto de 1954.

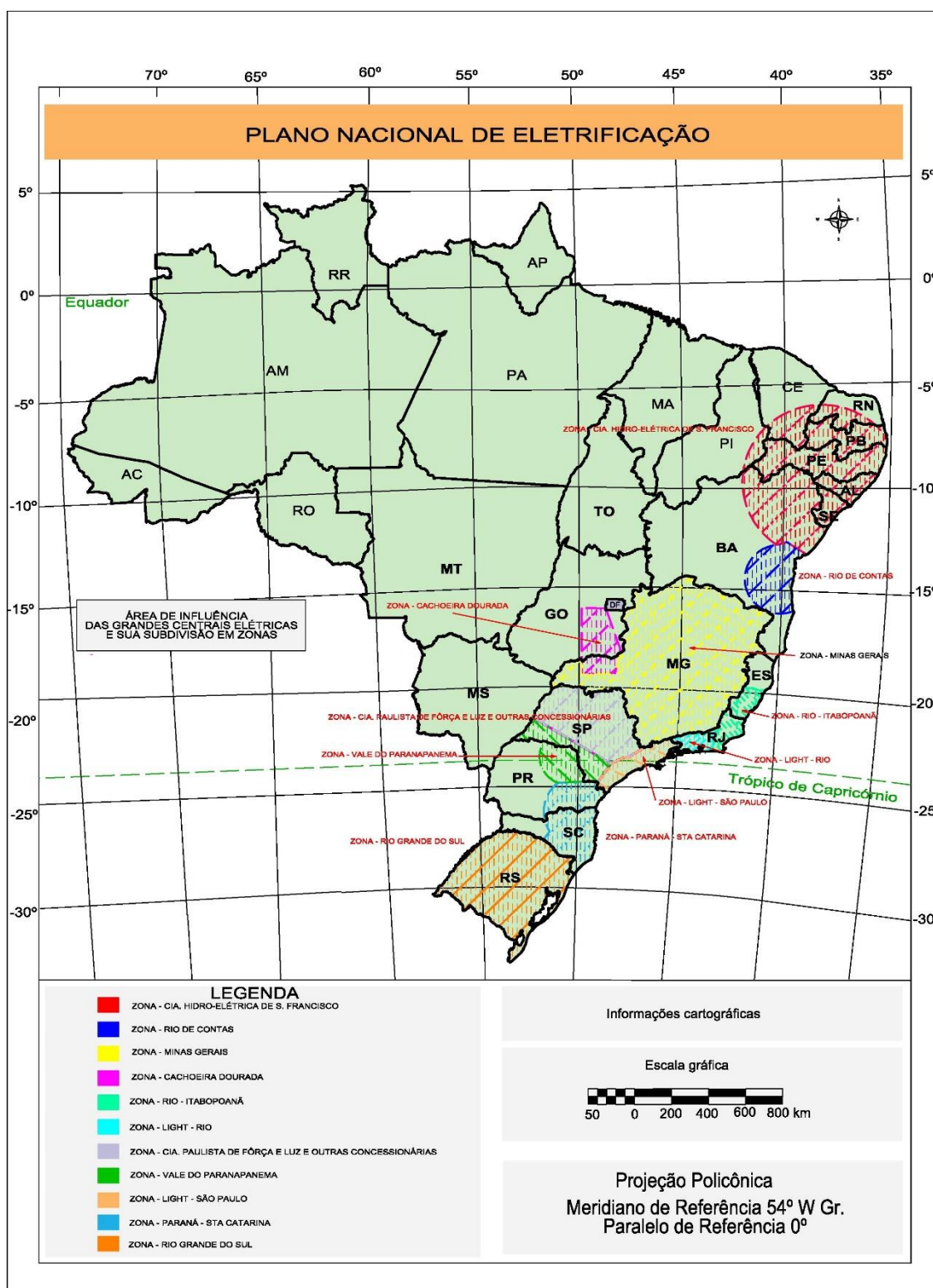
<sup>15</sup> Este é um dos motivos que levaram ao atraso da aprovação do PNE e da criação da ELETROBRÁS.

federativas. Neste sentido, evidenciamos a problemática da distribuição geográfica do poder em um país com grande extensão territorial como o Brasil. Isto fica explicitado no Plano a partir da distribuição espacial e da escala de atuação dos poderes (federais, estaduais e municipais). É válido atentar que a temática da tensão federativa pode contribuir para uma imensa agenda de pesquisas no campo disciplinar da geografia e mesmo para construirmos uma “teoria do Brasil a partir do território”.

Ao analisarmos a espacialização e a influência das áreas das grandes centrais elétricas, perceberemos forte concentração espacial destas nas regiões Sul e Sudeste (sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e com uma parte abrangendo alguns Estados do Nordeste e alguns fragmentos do Centro-oeste, ficando boa parte do território desprovida da atuação do Plano de Eletrificação. Isto se deu devido aos interesses de mercado onde se tornava oneroso a expansão para regiões com pouco mercado consumidor e com baixos níveis de urbanização e pela atuação de políticas locais e regionais que através de sua atuação em órgãos como o BNDE, centralizavam a atuação no Centro-sul. Também se explica por uma característica inerente do capital, sobretudo naquele contexto histórico, que é a centralização de capital evidenciando o caráter seletivo do capital e a necessidade dos fundos territoriais para investimentos posteriores.

Neste sentido, o PNE, no que concerne as grandes centrais, foi subdividida em 11 zonas estando assim dispostas: a) zona das concessionárias Light-Rio e Cia. Brasileira de Energia Elétrica; b) zona das concessionárias Light- São Paulo; c) zona da Cia Paulista de Fôrça e Luz e de outras empresas do Nordeste do Estado de São Paulo; d) zona vale do Paranapanema; e) zona Paraná - Santa Catarina; f) zona Rio Grande do Sul; g) zona Minas Gerais; h) zona rio Itabapoana; i) zona rio Contas; j) zona Cia. Hidro Elétrica do São Francisco; l) zona Cachoeira Dourada. A figura 1 ilustrará essa espacialização no território e o debate da concentração dessa infraestrutura no eixo do sudeste evidenciando o desenvolvimento geográfico desigual.

**Figura 1: Plano Nacional de Eletrificação - Área de Influência das Grandes centrais Elétricas e sua sub-divisão em zonas**



Conforme dados retirados do PNE, de investimentos para o decênio 1954-64 podemos evidenciar a supremacia dos investimentos em São Paulo com Cr\$ 14.014,2 e no Rio de Janeiro com Cr\$ 6.306,0, em relação, por exemplo, com as despesas na zona da Cia. Hidroelétrica do São Francisco que iria atender vários Estados nordestinos e que receberia Cr\$ 922,4 mil cruzeiros. Os dados em si nos apresentam evidências de como se deu o processo geograficamente desigual de distribuição das infraestruturas a serem implantadas.



Isto se deu, sobretudo, devido ao monopólio das multinacionais que não tinham interesse em investir em outras regiões do país, ficando este papel designado ao Estado. No caso do Nordeste em específico, o Plano, previa investimentos, sobretudo nos Estados com maior destaque econômico, no caso Pernambuco, Bahia e Ceará.

No Ceará<sup>16</sup> em específico, a energia só estava prevista para atingir a região do Cariri, ficando a capital, Fortaleza, de fora. Está só seria suprida com energia da CHESF em 1965, depois de vários embates políticos e com a grande contribuição do então governador Virgílio Távora<sup>17</sup>, debate desenvolvido em nossa tese doutoral. Apesar de não ter sido implantado conforme documento original, vários aspectos do Plano nacional se concretizaram posteriormente, sobretudo na década de 1960. Neste contexto, podemos elencar a criação da Eletrobrás, a expansão do setor elétrico para outras regiões do país, criação de novas infraestruturas energéticas, criação de uma indústria de materiais elétricos no Brasil. De acordo com Celso Lafer (1975), existia a previsão da elevação da capacidade de energia elétrica, em 1956, de 3.500.000 kw para 5.000.000 Kw em 1960, e para 9.000.000 Kw em 1965. Em fins de 1960, conforme dados apresentados por este autor, tinham sido implantados 4.770.000 Kw, portanto 87,6% da meta, e em fins de 1961 esta capacidade atingia 5.205.000 Kw.

Estas concretizações são fundamentais para entendermos o papel do setor elétrico no contexto do nacional-desenvolvimentismo. Este setor em específico assumiu, tanto no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistchek, quanto nos governos militares, visto nos Planos de desenvolvimento - PNDs, um papel estratégico nas propostas governamentais. Influenciado pelas ideias dualistas cepalinas, a proposta do governo Kubistchek acreditava que para ocorrer o desenvolvimento nacional era preciso industrializar o país, mas para isso uma série de investimentos sociais e em infraestrutura se faziam necessários, sobretudo para a superação das desigualdades entre o setor de bens de produção e os bens de produção duráveis conforme Oliveira (1980). Neste contexto, o Plano de Metas ressaltava como setores prioritários para investimentos, o setor industrial de base, de energia, de transportes, de alimentação e educação. Para se ter ideia, somente no que concerne ao setor de energia elétrica (setor estratégico para o desenvolvimento de muitas outras infraestruturas) o Plano de Metas, conforme Lafer (1975, p.43), destinava 43,4% dos recursos. Já o setor de transportes abrangia cerca de 29,6% do planejamento inicial.

---

<sup>16</sup> Exemplificamos o Estado do Ceará, pois este foi o objeto de análise de minha tese de doutorado. Atualmente estou desenvolvendo projeto de pesquisa vinculado ao CNPQ que investiga a desenvolvimento das forças produtivas e da eletrificação do Nordeste com ênfase nos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco.

<sup>17</sup> É interessante atentar que Virgílio Távora teve formação militar assumindo o título de Tenente coronel, graduou-se engenheiro civil, cursou treinamentos de oficial do Exército, tendo inclusive participado da escola de Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra a exemplo de seu tio Juarez Távora.



Neste sentido, deixamos algumas indagações, dentre as quais: qual o papel do setor elétrico para o processo de produção do espaço, de integração do território nacional e para a industrialização? Estas são reflexões a serem desenvolvidas a posteriori, em concomitância ao andamento de nossas investigações do grupo de pesquisas “A Geografia histórica da espacialização das forças produtivas no Nordeste brasileiro de meados do século XX ao início do século XXI e seus rebatimentos socioespaciais”, no qual temos pesquisas específicas sobre a eletrificação do Nordeste.

### **Considerações Finais**

Este trabalho resgatou a história como elemento fundamental para a análise geográfica, ressaltando a importância de entendermos a mesma enquanto método e processo, e não meramente enquanto campo disciplinar. Neste sentido, atentamos para a importância da utilização de fontes históricas, como documentos, planos de ação estatal, como instrumentos de interpretação geográfica para a reconstituição do espaço em sua historicidade. Tais procedimentos se tornam fundamentais para o entendimento das formações territoriais e das transformações espaciais no transcorrer do processo histórico, permitindo evidenciar fatos e sujeitos históricos que ficaram mascarados pelos dados estatísticos e que, por si só, não conseguem dar conta da totalidade.

Neste artigo, analisamos o Plano Nacional de Eletrificação, além do Fundo Federal de Eletrificação e do Imposto Único Sobre Energia Elétrica e pudemos evidenciar como se deu boa parte das bases do “Brasil atual”, que de acordo com Moraes (2005a) tem suas bases infraestruturais na década de 1950. A análise e interpretação destes documentos nos permitiu compreender que o avanço das forças produtivas e a necessidade de modernização do país estavam atreladas ao processo de industrialização e da urbanização, e que estes se encontravam intimamente ligados ao desenvolvimento e expansão do setor elétrico em território nacional.

Para tanto, o grande agente modernizador foi o Estado e sua concepção geopolítica a partir da elaboração de políticas de intervenção no território (políticas territoriais), pautadas em um conjunto de representações espaciais com ideologias geográficas que foram fundantes para o desenvolvimento do discurso desenvolvimentista e para a execução do plano. É neste sentido que assinalamos que o aprofundamento nos estudos acerca das ideologias geográficas e nas políticas territoriais pode contribuir para a elaboração de uma “teoria do Brasil pautada no território”.

Ressaltamos ainda que a análise escalar contribuiu para identificarmos a tensão Federativa entre centralização e descentralização na gestão dos recursos e implementação de infraestruturas por parte da União, Estados, Distrito federal e Municípios, ou seja, as diferentes mediações e interesses da política territorial expressas no Plano Nacional de Eletrificação e das ideologias geográficas ali contidas. Além disso, a apreensão da escala enquanto totalidade nos permitiu compreender a abrangência do capital internacional no processo de eletrificação do Brasil, além de nos levar a buscar o entendimento da dialética categorial do movimento universal-particular-singular que está sendo atualmente objeto de nossa análise para questões de método na Geografia.

### Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, 480p.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradutores

FISCHER, Andre. Tempo e ordenamento do território: algumas reflexões. IN: FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas; SPOSITO, Eliseu Savério. **Indústria, ordenamento do território e transportes: a contribuição de Andre Fischer**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010

\_\_\_\_\_. FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução. SALMA TANNUS MUCHAIL. Martins Fontes. São Paulo, 1986.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. (Coleção Geografia e Adjacências). São Paulo: Annablume, 2005a.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna**. 15. Ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro, F. Alves, 3 ed, 1979.

LACOSTE, Yves. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra; tradução Maria Cecília França**. –19ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2011.

LAFER Celso. O planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty mindlin. **Planejamento no Brasil**. 3ª edição, Editora Perspectiva, 1975.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: Fase superior do capitalismo. 4<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Nova cultural, 1985.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2005 a.

\_\_\_\_\_. **Ideologias geográficas**: Espaço, cultura e política no Brasil. 5 ed. São Paulo: Annablume, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente e ciências Humanas**. 4<sup>a</sup>. Edição. – São Paulo: Annablume, 2005c.

NUNES, Flaviana Gasparotti. **O econômico na geografia**: Influências do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2001). Tese de doutorado, UNESP, Presidente Prudente – SP, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**: O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro, edições Graal, 1980.

SILVA, Marcelo Squinca da. **Energia Elétrica**: Estatização e desenvolvimento, 1956-1967. São Paulo: Alameda, 2011.

SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. In: **Terra livre**, São Paulo, ano 18, n. 19; p. 127-146, jul./dez. 2002.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO. lei de nº 2.308 de 31 de agosto de 1954.

IMPOSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. Lei nº 2.944 de 8 de novembro de 1956.

PEREIRA, Jesus Soares. Memória justificada do Plano Nacional de Eletrificação. In: Presidência da República. **Plano nacional de Eletrificação e centrais elétricas S.A.** Rio de Janeiro, departamento de imprensa Nacional, 1954.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano Nacional de Eletrificação e Centrais Elétricas S.A.**, departamento de imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1954.

Recebido em 12/12/2016  
Aceito em 10/10/2017